

EM NOME DE DEUS, DA FAMÍLIA E DA PROPRIEDADE: O ATIVISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NAS CAMPANHAS PRÓ-BOLSONARO 2018 e 2022

In the name of God, Family and Property: political and religious activism in pro-Bolsonaro campaigns 2018 and 2022

Wellegton Jean Barbosa de Souza

Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas – PPGDH-UFPB; Doutorando em Sociologia – PPGS-UFPB
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil
freijejan@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-87585504> 

A lista completa com informações do autor está no final do artigo ●

RESUMO

O artigo propõe discutir, a partir da ideia de nação associada ao radicalismo e fundamentalismo religioso, a participação ativa de uma grande parcela da sociedade brasileira na campanha eleitoral pró-Bolsonaro nos anos de 2018 e 2022. O estudo constata o engajamento de líderes religiosos, tais como pastores evangélicos e padres católicos e suas respectivas igrejas servindo do *lócus* religioso como lugar de discursos, apoios e manifestações a favor da eleição e reeleição de Jair Messias Bolsonaro em nome de Deus, da Família e da Propriedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismo político-religioso. Fundamentalismo. Campanha eleitoral. Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

The article proposes to discuss from the idea of nation associated to the radicalism and religious fundamentalism, the active participation of a large portion of Brazilian society in the pro-Bolsonaro electoral campaigns in the years of 2018 and 2022. The study confirms the engagement of religious leaders, such as evangelical pastors and Catholic priests and their respective churches using the religious space as place of speeches, supports, and demonstrations in favor of the election and reelection of Jair Messias Bolsonaro in the name of God, of the Family and of the Property.

KEYWORDS: Political-religious activism. Fundamentalism. Election campaign. Jair Bolsonaro.

1 INTRODUÇÃO

Em nome de quem as igrejas cristãs no contexto do cristianismo brasileiro – constituído por evangélicos pentecostais e neopentecostais, representações do pentecostalismo tradicional, bem como o histórico e o pentecostalismo católico, representado pelos movimentos de inspiração da chamada Renovação Carismática Católica, os membros das Novas Comunidades Católicas e parte do catolicismo tradicional –, apoiaram as eleições de Bolsonaro, ajudando-o a chegar à presidência do Brasil no ano de 2018 e em um segundo turno acirrado em favor de sua reeleição em 2022?

A questão do uso da religião como força e apoio político eleitoral se torna o “problema de fundo” de nosso trabalho, pois nos possibilita imaginar sociologicamente as múltiplas e complexas motivações que estão por trás da luta pela tomada do poder político na sociedade brasileira, por grupos de religiosos cristãos socialmente reconhecidos como conservadores e de extrema direita dentro de suas instituições e na relação com a sociedade.

Nesse trabalho, verificamos os modos como esses grupos religiosos considerados conservadores e integrantes de um movimento direitista na religião e na política, tidos como “guardiões da moral”, dos bons costumes, da família heterocentrada e da defesa do fundamentalismo bíblico, têm se comportado e atuado nos diversos ambientes sociais e na relação com o Estado. Por este ângulo, pretende-se investigar, a partir da ideia de nação associada ao radicalismo e fundamentalismo religioso, a participação ativa de uma grande parcela da sociedade brasileira na campanha eleitoral pró-Bolsonaro nos anos de 2018 e 2022. O estudo constata o engajamento de líderes religiosos, tais como pastores e padres católicos e suas respectivas igrejas servindo do *lócus* religioso como lugar de discursos, apoios e manifestações a favor da eleição e reeleição de Jair Messias Bolsonaro em nome de Deus, da Família e da Propriedade.

Observa-se, dentro do discurso das igrejas cristãs e no âmbito do congresso nacional, a figura de políticos, pastores e padres que defendem como necessária à sociedade brasileira um conjunto de valores morais de base cristã fundamentalista, que tem se tornado pautas políticas centrais e que opõe claramente as questões de gênero e das sexualidades, a favor da escola sem partido, em defesa do armamento, causando polêmicas em questões como o aborto e saúde pública. Segue nessa mesma linha a oposição quanto a discussão da legalização das drogas, a aversão a universidade pública e ao sistema de cotas e um crescente discurso a favor da criminalização dos movimentos

sociais e populares numa perspectiva negacionista da história, da memória e da ciência. Para isso, o projeto é criar uma nação na qual os comandos de suas instituições sejam a partir de cristãos radicais com o espírito “terrivelmente evangélico” – expressão utilizada pelo Presidente Jair Bolsonaro ao se referir à nomeação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal e o combate ao que o mandatário do país entre 2018-2022 e aliados políticos-religiosos chamaram de Cristofobia. O termo Cristofobia foi proferido em diversas ocasiões, inclusive em Assembleia da Organização das Nações Unidas.

Não se questiona aqui o direito de comunidades religiosas participarem da construção de pautas políticas, que de alguma forma favoreçam as expectativas de seu grupo, em um país democrático. Em um país de perfil social plural em todos os aspectos, é admissível que sistemas religiosos ocupem o espaço público da política e, no caso do Brasil, é possível pensar essa aliança entre as igrejas cristãs e o Estado desde sua colonização. Essa cultura da influência religiosa nos aspectos de decisão política na sociedade brasileira permanece ao longo dos séculos.

Nesse estudo, desejamos problematizar essa relação entre Política e Religião, especificamente a religião cristã, que ainda predomina na sociedade brasileira, nos amparando nos estudos da sociologia política e também da sociologia da religião, dialogando com a ideia de nação associada ao fundamentalismo religioso, que personifica na figura de Bolsonaro o “mito salvador” da pátria e da família cristã, atraindo milhares de fiéis evangélicos e católicos para um engajamento político em favor de sua eleição e reeleição.

2 EM NOME DE DEUS

“Deus acima de todos” seguido de “Brasil acima de tudo” foi o slogan chefe da campanha eleitoral para Presidente da República de Jair Messias Bolsonaro, tanto no ano de 2018 que o elegeu presidente, quanto no ano de 2022 quando pleiteava sua reeleição. Não sem interesses ideológicos, em uma única frase, o slogan recupera um retorno ao passado nacionalista brasileiro que tem suas origens no período da ditadura militar brasileira, quando comandantes do exército criaram o Centelha Nativista, um grupo nacionalista que tinha a “missão de ressuscitar os valores do nacionalismo e amor ao Brasil, criando meios para reforçar a identidade nacional, evitando a fragmentação da população nos termos da luta de classe do marxismo” (Santos, 2021, p. 15).

Essa espécie de nacionalismo militar, não sem razões, será assumida por Bolsonaro e seus adeptos, acordando o sentimento religioso em termos de desejo de uma espécie de “teocracia”, talvez um conceito sociologicamente deixado de lado, mas, nesse caso, utilizamo-lo como definição para o desejo de sujeitos de que o Estado seja guiado por princípios morais religiosos, que tenha um líder que cumpra o papel de salvador da pátria e faça às vezes de um deus-soberano, onde se recupera a força dos símbolos nacionais, como o hino e a bandeira nacionais, em nome do que se considera como nacionalismo ou patriotismo.

Como apontam os estudos de Castells (2018), nem sempre está clara a distinção entre patriotismo e nacionalismo na perspectiva bolsonarista uma vez que foge do esclarecimento histórico dos conceitos. É possível pensar esse nacionalismo e patriotismo militar a partir de uma ideia de Nação construída por um imaginário social e político de viés religioso-nacionalista, no qual há o esvaziamento da noção de Estado democrático, o que pode ser consequência da crise política da democracia e do liberalismo progressista, assim como pensa Brown (2019). Ainda nessa direção, os estudos de Levitsky e Ziblatt (2018) sugerem que será na crise política da democracia internacional e seu enfraquecimento que surgirão líderes nacionais-populistas, como a figura de Bolsonaro.

Em seu sentido religioso-político ou político-religioso, o “deus” cabo eleitoral de Jair Bolsonaro legitima o populismo bolsonarista e mostra sua capacidade de atrair adeptos motivados pela força de valores e interesses que “conjugam elementos já familiares do neoliberalismo: favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade” (Brown, 2019, p. 10), e que, como afirma Schwarcz (2019, p. 225), cria-se a figura do líder autoritário a partir de uma narrativa mítica exaltando a grandeza da nação, buscando o nacionalismo religioso, cultural e étnico, em que esse líder autoritário, messiânico e carismático responda de forma total aos interesses dos grupos que se identificam com ele em detrimento do restante da população, que acaba sendo excluída da ideia de nação ou de patriotismo. No caso concreto, o termo “patriota” será atribuído aos seguidores de Bolsonaro, detentores dos símbolos nacionais, das verdades da fé cristã e depositários da moral e dos bons costumes.

Nesse contexto, o “deus de Bolsonaro” divide a nação entre as chamadas pessoas de/do bem: que são os cristãos evangélicos e católicos conservadores e fundamentalistas, heterossexuais, as mulheres “belas, recatadas e do lar”, os terraplanistas, os negacionistas das ciências e os partidos políticos da direita e extrema direita. Todos estes em “guerra santa” contra as pessoas do mal: a comunidade LGBTQIA+, os partidos políticos de

esquerda, os professores universitários, os cientistas, as religiões de matriz africana, os artistas, as mulheres feministas, os movimentos sociais e populares. Aos primeiros se dá o direito de viver e construir uma “Nação cujo Deus é o Senhor”, onde Bolsonaro é seu legítimo e supremo representante.

Esse tipo de populismo-nacionalista de base religiosa se apoia em narrativas que incentivam uma política de medo, alegando a possibilidade da destruição da Nação e da Família pelos comunistas, esquerdistas, socialistas, feministas, abortistas e pelos perversos (gays, lésbicas e trans), estes são considerados não cristãos e destruidores da pátria, da família e da religião.

Nessa toada, concordamos com as ideias de Santos (2021, p. 58), quando diz que

A análise dos efeitos da simbiose entre o nacionalismo e o populismo no Brasil de Bolsonaro, nos Estados Unidos de Trump, no Reino Unido do Brexit e em outros países, nos permite afirmar que seu resultado é uma força política com alta capacidade de mobilização, desfrutando de legitimidade popular suficiente para mover seus representantes ao centro do cenário político.

Essa capacidade de mobilização nacional populista vem à tona na sociedade brasileira após o golpe de estado contra a Presidenta Dilma Roussef, em abril de 2016, tendo como papel relevante para esse desfecho a figura do então presidente da Câmara, o evangélico Eduardo Cunha, que deu seu voto favorável ao *impeachment*, antecipado da expressão “Deus tenha misericórdia desta Nação”. A partir desse contexto, surge na conjuntura política do país a figura de Bolsonaro, que já tinha décadas como um parlamentar de pouca expressão e que, segundo Souza (2022, p. 163), “nunca antes o Brasil vira uma figura ao mesmo tempo tão grosseira e tão popular. É como se o país tivesse à cata de seu exemplar mais perverso, mais doentio, mais falso e mais corrupto para elegê-lo como seu líder maior”. E que, nesse sentido,

Ao instrumentalizar o nacionalismo populista, posou como o único representante legítimo não apenas do “povo”, como também da nação, tendo a possibilidade de conferir seu próprio conteúdo moralizante às duas categorias: o “povo” representado no cidadão de bem, e a defesa da nação representada pelos valores patrióticos (Santos, 2021, p. 59).

A questão do uso do nome de Deus na política institucional brasileira não é algo novo. Os líderes políticos, sejam de origem católica ou evangélica, sempre tentaram aliar, ao discurso para ganhar votos, as suas convicções de fé, apresentando-se como representantes de um programa moral na vida pública e do combate em nome da verdade. Essa proposição moral bíblica de que “a verdade vos libertará”, parafraseando o versículo

bíblico do evangelista João, é tomado por Bolsonaro como uma constante em seus discursos tanto em suas campanhas presidenciais, quanto ao longo de seu mandato presidencial. Assim, o bolsonarismo reúne as ideias político-religiosas como ideias-forças do militarismo, do nacionalismo e do cristianismo, nas quais Bolsonaro se torna representante oficial dos interesses dos “pês”: polícias, políticos, pastores e padres, aliados as três grandes estruturas políticas da sociedade com capacidade de aglomerar pessoas, ideologias, projetos de poder e discurso de massa: o militarismo, a vida pública (Estado) e a religião (igrejas).

As macroestruturas citadas, mesmo carregadas de toda problematização na origem do discurso sociológico como prevê Alexis Tocqueville, Karl Marx, Herbert Spencer, Max Weber, Ferdinand Tonnies e Durkheim, entre outros, vão influenciar e ser elementos importantes na construção do imaginário político-religioso dos sujeitos em suas microrrealidades, que se estendem e se ampliam a uma compreensão do que vai ser um imaginário do tipo coletivo. À vista disso, os estudos de superação entre o dilema das estruturas macro/micro sociais, assim como pensadas por Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Nobert Elias, e do mundo socialmente construído, conforme defendeu Peter Berger e Thomas Luckmann, nos ajudam a pensar a religião enquanto estrutura social e enquanto espaço lugar, habitus, campo, onde através de suas crenças e conjunto de práticas consegue reelaborar figuras dentro do imaginário político brasileiro de conteúdo religioso messiânico, sendo o sujeito político socialmente reconhecido como o salvador, o verdadeiro patriota, o herói, o mito. Será nessa condição messiânica que Bolsonaro chegará à Presidência da República e, como explicita Campos (2020), sua posse será encarada como a ascensão ao poder de um homem cristão, íntegro e “quase evangélico”.

Em relação a esse espaço imaginário, que faz parte da dimensão da existência dos sujeitos e sua sociedade, é considerando um espaço que se configura como prospectivo no sentido de que ao mesmo tempo em que são imaginários que se esgotam, pode, devido à característica variante das experiências coletivas ao longo do tempo, ressurgir em meio a situações de crise e de conflito.

Em seu texto “O mito do rei pela graça de Deus”, na obra *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000), Marilena Chauí faz uma análise a partir da construção do mito fundador em relação ao processo de colonização na qual havia no imaginário popular a ideia de que viria para o Brasil um rei, um salvador escolhido por Deus e que cumpriria o propósito de Deus para a nação brasileira. Relendo esse texto após a ascensão do bolsonarismo e o que representou as campanhas eleitorais pró-Bolsonaro, nos remete a

hipótese de que essa ideia do mito soberano personificado em uma figura de poder humano não estava apagada da memória dos brasileiros. O mito do rei salvador é reeditado na figura de Bolsonaro de uma forma mais evidente, pois o próprio Bolsonaro, ao se colocar nessa condição de messias, promete salvar o país do comunismo, da destruição da família e da defesa de uma economia que favorece mais o mercado que o Estado. Esse contexto nos faz corroborar com a ideia de que a sociedade brasileira, desde a colonização, alimentou esse imaginário religioso na compreensão do poder político e na relação com a política e os políticos e tem tido sua reprodução social a partir de diversas figuras da política brasileira que, em regiões diferentes do país, de forma oligárquica, têm sido transmissores desse imaginário. São famílias constituídas de trajetórias políticas que, em aliança com a igreja local, inicialmente a Igreja Católica, e posteriormente com as igrejas evangélicas, sempre mantiveram, por diferentes interesses, o casamento da política com a religião.

Para entender o uso do nome de Deus enquanto estratégia política e a religião cristã como sua maior aliada, é preciso pensar a trajetória dessas famílias políticas dentro da religião a partir da sociologia da história, em uma perspectiva de transmissão cultural e como isso influencia. Consequentemente, nos lembra Jessé de Souza, em *A Herança do Golpe*, que

Valores culturais não são transmitidos pelo sangue, ou por uma picada de mosquito, nem pela chuva, muito menos pelo vento. Foi necessária a maior e mais importante instituição que o Ocidente já teve – a Igreja Católica Medieval, o modelo para todas as formas de Estado nacional que se criou depois – para que a forma singular do caminho de salvação de todo cristão pudesse influenciar até hoje a maneira a qual avaliamos o mundo (Souza, 2022, p. 22-23).

A campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro em 2018 e 2022 foi associada à figura do político “terrivelmente cristão”. Bolsonaro usou o discurso religioso no que há de mais irracional em sua elaboração, fabricado a partir de seus próprios interesses. Ao mesmo tempo em que defende terrivelmente “Deus acima de todos e Brasil acima de tudo”, coloca-se como apoiador apaixonado da liberação de armas e contra os direitos humanos, pois bandido bom é, em suas palavras, bandido morto. Serão apoiados em suas ideias que católicos e evangélicos irão se apresentar como candidatos e aparecem intitulados como os candidatos da igreja, os candidatos de Deus, os candidatos da família e os representantes da fé e da moral.

Assim, aliou-se a esse conjunto de ideias a obsessão política de que é preciso extirpar em nome de Deus o comunismo da nação, acabar com a esquerda e extinguir o PT. Para isso, no palanque e na mídia, deu-se constante a defesa de pautas consideradas

como anti-PT, antifeminismo, anti-união civil de gays, anti uma série de condições de direitos conquistados, fazendo uma campanha aliada ao seu capitão, o mito, a partir de *fake news*, a exemplo da cartilha, ou kit gay, do Haddad, distribuída nas escolas e pervertendo as crianças. Entre centenas de *fake news*, esses políticos serão eleitos e formarão, como nos lembra Andrea Dip (2018, p. 49), o Congresso mais conservador desde 1964, “segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar-DIAP”.

3 EM NOME DA FAMÍLIA

Em defesa de que família o projeto da extrema direita do país se apresenta na figura de Bolsonaro? Essa é a pergunta norteadora em questão, considerando que o discurso sobre a família, seguido da exploração religiosa do nome de Deus, foi um dos mais fervorosos discursos de campanha pró-Bolsonaro. Amparados na tipologia única de família, doravante uma narrativa em torno da família tradicional e religiosa, classificada como heteronormativa e formada de pai, mãe e prole, serão demonizadas as outras tipologias de família, estimulando o discurso de ódio (tema que merece um estudo a parte) e aliando a estrutura família a outras estruturas como a igreja e a escola.

O tema família enquanto pauta da campanha bolsonarista não só desconhece como tenta deslegitimar outros modos de viver na sociedade brasileira que não sejam heteronormativos e cristãos. Enquanto categoria social, o tema família teve importante papel na construção do debate da campanha pró-Bolsonaro, sensibilizando a sociedade brasileira diante de um tema que mexe com as raízes culturais e a identidade social do povo brasileiro e sendo absorvido como uma ideia facilmente adotada nos discursos de defesa do então presidente eleito. No debate sobre a família, essa estrutura foi apresentada como a instituição fundamental para manutenção de uma ordem moral patriarcal, heterossexista e conservadora, “defendida como a célula *mater* dos ‘bons costumes’ e da formação do cidadão de bem” (Serejo; Cal, 2020, p. 3).

O discurso da família é um discurso político voltado para os interesses da população heterocentrada, em contraposição e desafeto às famílias que compõem as categorias de diversidades. É um discurso colado às questões religiosas e se utiliza, nesse sentido, da bíblia como uma espécie de constituição. Como nos lembram Serejo e Cal (2020, p. 4), no discurso da Marcha para Jesus, realizada em agosto de 2019, em Brasília (DF), Bolsonaro manda um recado a sociedade dizendo que “apresentem uma emenda à Constituição e modifiquem o artigo 226, que lá está escrito que família são homem e mulher. E, mesmo

mudando isso, como não dá para emendar a Bíblia, eu vou continuar acreditando na família tradicional”.

O campo discursivo sobre a família na campanha pró-Bolsonaro será um campo de tensão política e religiosa e traz um ressurgimento do imaginário social sobre a tradicional família brasileira, construída historicamente a base da escravidão e da ascensão de uma elite do atraso, como nos lembra Souza (2022). Nesse campo de tensão, os confrontos se dão contra as pautas de reivindicações que surgem do movimento feminista, como as questões de gênero, o feminicídio e violência contra as mulheres, a questão das condições de trabalho e salário feminino, bem como as questões que envolvem a maternidade. É acirrado o conflito entre o avanço das pautas de gênero e a tensão com as pautas LGBTQIA+, que incluem a união civil e, sobretudo, a adoção. Esse conjunto de pautas será como o calcanhar de Aquiles do modo tradicional de família e do incômodo social do neoconservadorismo, que vai gerar o debate a partir do moralismo religioso. Assim, o discurso político sobre a família será um discurso de ordem moral-religiosa.

Em campanha eleitoral pró-Bolsonaro, o plano de governo sobre a família parte da ideia de que a família tradicional precisa ser reestruturada em termos econômicos e ser inserida nas estratégias de governo, pois a crise econômica e a política são entendidas como uma quebra dos valores morais e cristãos próprios das famílias patriarcais pelos governos do PT e que é necessária uma reforma moral e religiosa na direção de uma volta a moral tradicional. Será assim aceita a figura de Bolsonaro como o grande reformador da moral brasileira que iria moralizar todas as instituições e salvar a família tradicional brasileira.

Esse aspecto do mito da moralidade configurada a Bolsonaro pode ser pensado a partir da ideia de que o Brasil estaria em um “clima de desordem” e isso, como afirma Vital da Cunha (2020, p. 125), em uma forma observável de perigo, que ganhou força e nas eleições de 2018, transformou esse sentimento em um discurso de pôr fim a desordem e o perigo. Esse sentimento foi tomado pelo coletivo das igrejas cristãs, de uma classe média branca e inclusive por intelectuais a serviço da direita do país.

Há muitos elementos que ainda podem ser investigados em relação ao tema família na campanha pró-Bolsonaro. Há uma diversidade de escritos sobre o tema e todos concordam com o fato de que o projeto bolsonarista em nome da família parte da ideia central de que a família heteronormativa e cristã deve ser defendida, protegida, inclusive do perigo da escola. A família precisa de um mito religioso protetor que os salve por ter tido nas últimas décadas a sua estrutura social ameaçada em termos de valores, pela falta de

segurança pública e pela intromissão do Estado na propriedade privada e cobrança de impostos.

4 EM NOME DA PROPRIEDADE

O discurso em nome da propriedade privada, em detrimento do Estado, é elaborado na campanha de Bolsonaro a partir dos interesses da elite brasileira, da classe média alta do país, do empresariado, da lógica do lucro do agronegócio, da perspectiva do latifúndio, dos benefícios a favor da mídia e dos privilégios e benefícios aos políticos e militares de direita, e das igrejas evangélicas quase em massa e parte do catolicismo pentecostal e tradicional.

Há um conjunto de interesses e de forças que favorece o capitalismo e as negociatas, tendo em vista as privatizações das estatais e do aparelhamento do Estado em favor de uma “velha/nova” burguesia brasileira. Por esse motivo, considerando a perspectiva do nosso trabalho, iremos propor algumas ideias acerca do discurso da propriedade relacionado aos privilégios e benefícios demandados por políticos religiosos, evangélicos e católicos, que também em sua maioria são latifundiários, empresários, pastores e padres, enquanto contrapartida do apoio a eleição de Bolsonaro alinhado as questões ideológicas já expostas anteriormente.

Em seu sentido geral, a defesa da propriedade privada por Bolsonaro “confirma o neoliberalismo como sistema prioritário para a estruturação de seu governo [...] e ratifica o projeto de poder pautado em diretrizes da direita neoconservadora” (Serejo; Cal, 2020, p. 42). Assim, faz-se necessário investigar o que está por trás do interesse de pastores e padres no apoio as eleições pró-Bolsonaro. Sobre essas questões, as recentes literaturas, tais como os estudos de Oro e Alves (2020), Almeida (2019) e Carranza (2020), analisam o quanto que um número significativo de Igrejas através de seus legítimos representantes firmou um pacto pró-Bolsonaro, estabelecendo relações de interesses não só morais, mas econômicos e institucionais, o que de certa forma se esconde por trás do discurso conservador da moralidade.

Conforme Dip (2018, p. 137), para além dos temas morais, “a conquista de dividendos para as igrejas como a manutenção de isenção fiscal, a manutenção das leis de rádio fusão, a obtenção de espaços para a construção de templos e a transformação de eventos evangélicos em culturais para a obtenção de verbas públicas” também une fortemente a bancada evangélica e a católica conservadora.

Esse jogo de interesses por parte de religiosos dentro da política não tem seu início com as origens do bolsonarismo, ele é uma prática que acontece quando há o crescimento do número de parlamentares evangélicos associado ao aumento acelerado de fieis evangélicos nas últimas décadas. Com a grande campanha interna de que “irmão vota em irmão”, essa consciência de que os evangélicos deviam ocupar os poderes públicos ganha forma e espaço. Mas será com Jair Bolsonaro que a aliança explícita, confessional, engajada e interessada vai se efetivar de forma intensa. A aliança aberta das igrejas evangélicas e de setores conservadores da Igreja Católica, para além das questões de interesses econômicos, envolve, sobretudo, projetos de lei e propostas de isenção de impostos para garantir o poder midiático pelas rádios e canais televisivos de pertencimento destas. Por fim, a socióloga Christina Vital da Cunha (2018) alerta que este é um projeto de poder em franca construção e que vem afetando o país em frentes diversas.

5 SOBRE O ATIVISMO POLÍTICO-RELIGIOSO

Ao discorrer sobre as nossas categorias de análise, traduzidas no texto como “Em nome de Deus, da Família e da Propriedade”, tentamos abordar os principais elementos motivacionais do ativismo político-religioso em favor do candidato Bolsonaro em 2018 e 2022. Em nosso ponto de vista, ao menos três interesses se entrecruzam no processo de mobilização para o engajamento de religiosos a favor de Bolsonaro: as razões de perspectiva ideológica-conservadora, que tem a ver com as questões de gênero, sexualidades, família, valores morais, proteção, segurança, medo; os interesses relacionados a bens econômicos, manutenção de *status quo*, preservação da classe social, direito a propriedade privada; e o projeto de ascensão ao poder da coisa pública pelo viés da cristianização conservadora e fundamentalista.

Em ambas as campanhas, de 2018 e 2022, esse ativismo aconteceu de forma aberta e declarada. Líderes religiosos promoveram grandes eventos a partir de suas igrejas de apoio à candidatura de Bolsonaro. A participação de Bolsonaro na Marcha para Jesus, maior evento do seguimento evangélico no país, transformou a Marcha para Jesus em uma marcha a favor de Bolsonaro. Foram promovidos grandes cultos e, sobretudo, os pastores midiáticos (cantores, pregadores, missionários) investiram, através de seus programas de rádios e televisão, apresentando discursos e pregações que favorecem a campanha de Bolsonaro, introduzindo sua pauta eleitoral sem necessariamente citar o seu nome para não infringir multa eleitoral e risco de propaganda eleitoral indevida, mas a partir do combate

moral e criando na mídia um pânico em relação ao comunismo, a ideologia de gênero, ao perigo e a ameaça que a família cristã brasileira está passando, e, ainda, e a batalha que o país está travando entre o bem e o mal. Quase em massa, nas igrejas evangélicas, encontrava-se adesivos, fotos, frases de apoio a Bolsonaro e no tempo permitido de campanha eram distribuídos materiais aos fiéis com o mandato missionário de eleger Bolsonaro.

Nessa mesma linha de defesa do projeto bolsonarista, padres católicos e membros de comunidades católicas de perfil conservador também promoveram bênçãos, adorações ao santíssimo, encontros de padres conservadores com o então candidato Bolsonaro, que contou com o apoio de canais televisivos católicos, em especial a Canção Nova e o apoio declarado do padre Jonas Abib, entre outros. Esse tipo de apoio deixou o candidato à reeleição a presidência em situação confortável a se fazer presente em dois grandes eventos católicos de devoção mariana no país em pleno tempo de campanha eleitoral: O Círio de Nazaré, no Pará, e a Festa de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo. Eventos marcados, como se registrou nas mídias, por agitações, confusões e críticas em relação ao modo de invasão de Bolsonaro aos espaços de devoção do catolicismo.

O ativismo político-religioso que aconteceu em 2018 e 2022, para além do corpo-a-corpo, através do trabalho no interior da própria igreja, contou com o envolvimento de religiosos em um fenômeno social novo: o do ambiente digital e suas redes e plataformas. Como explicita Aguiar (2019, p. 1):

São inegáveis as evidências de que a religião se posiciona cada vez mais no ambiente digital provocando um tipo de experiência que vai muito além da simples disponibilização de conteúdos por novos instrumentos. Essas mediações, caracterizadas por seu caráter tecnológico e reticular, modificam a própria experiência do religioso, influenciando, por sua vez, outros aspectos da contemporaneidade, como aqueles ligados à própria arena política, abrindo o debate da suposta crise de valores eminentemente modernos, como a secularização.

Utilizando-se das plataformas digitais institucionais como um verdadeiro exército de batalha, os ativistas político-religiosos investiram na divulgação da campanha pró-Bolsonaro e assumiram, a partir das redes de seus membros e não membros, uma disputa política no campo da ideologia moral, divulgando, problematizando e debatendo, em um espírito de contra-secularização, pautas a favor de Bolsonaro, fazendo uso de inverdades e do que ficou conhecido como *fake news*.

Em relação a essa nova arena de se fazer política que é o espaço religioso, concordamos com Castells (2007) que aponta as redes digitais como sendo o lugar das

grandes disputas e controvérsias contemporâneas e, no caso referente ao uso desses espaços para o ativismo político-religioso e a partir das eleições de 2018 e 2022, corroboramos com Mariano (2011), quando diz que os espaços de laicidade, que é o campo político e a democracia, confundem-se cada vez mais com o campo religioso.

Se antes a voz religiosa era palco de debate em meio a cultos, missas, eventos religiosos e nos meios de comunicação de massa, como rádio e televisão, agora sem excluir os modos antigos, há um deslocamento para a tendência digital contemporânea que aglomera um número bem maior de vozes, ou seja, de atores sociais envolvidos na ampla defesa e divulgação da própria fé, que se configuram como novas formas de ativismo. Nesse contexto,

Nas redes, diferentes atores, não necessariamente ligados à estrutura burocrática das igrejas, disputam as narrativas e participam dos debates. Personagens como youtubers ou digital influencers são, nesse ambiente, muitas vezes mais relevantes que pastores, padres ou outros líderes religiosos. Contudo, como argumentado por Lawther (2009) e Cheong (2012), apesar da internet ser uma mídia com alto grau de relativização de visões religiosas hegemônicas, as religiões tradicionais estão se deslocando maciçamente para as redes (Aguilar, 2019, p. 4).

No caso das campanhas pró-Bolsonaro, esses novos agentes midiáticos se unirão através de quatro principais redes em que acontecem a maior aglomeração de pessoas no mundo virtual: Twitter, Facebook, Instagram e Youtube, além de uma verdadeira lista de apoiadores e influenciadores via WhatsApp. Nesse ativismo digital, personalidades conhecidas como autoridades religiosas gravaram vídeo, mensagens, postagens e outros materiais de apoio a Bolsonaro sempre com conteúdo de cunho fundamentalista, atacando e demonizando as pautas de direitos dos governos de esquerda e seu concorrente, com a proliferação de material com conteúdo de inverdades a base de *fake news* de origem anônima. É um largo campo de atuação digital que vai criando uma espécie de rede de gosto comunitária à maneira como trata Michel Maffesoli (2000) ao refletir sobre o compartilhamento do gosto comum, atraído pelo casamento entre debate político com o debate religioso, gerando inúmeros adeptos acirrados e dispostos a dar a eleição vencida a Bolsonaro, o que de fato aconteceu em 2018 e quase aconteceu novamente em 2022.

Por fim, esse ativismo político-religioso que cresce historicamente com o crescimento numérico dos evangélicos no país, não pode ser desmerecida pelo campo das ciências sociais. Não dá para pensar uma sociologia política que não considere essa importante faceta da sociedade que é a religião e como ela tem ganhado novas nuances e novas configurações na relação entre o poder religioso como poder político. As eleições de

2018 e 2022, de característica socialmente polarizada e estranha ao modo democrático de se fazer campanhas eleitorais, com mudanças no perfil e no comportamento do eleitorado e potencializando um eleitorado religioso com maior força, nos coloca dentro de novas perspectivas de compreensão do imaginário religioso, das questões de participação da religião dentro do Estado, dos novos agentes envolvidos em disputas eleitorais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, nos arriscamos a propor uma reflexão teórica sobre a relação entre Política e Religião, especificamente se utilizando da categoria do ativismo político-religioso para pensar a forma como se deu esse tipo de engajamento nas campanhas eleitorais pró-Bolsonaro nos anos de 2018 e 2022. Trabalhamos os três principais elementos que, de acordo com nosso ponto de vista e de demais cientistas sociais, foram fundamentos da motivação de cristãos evangélicos e católicos conservadores no movimento das eleições: o “Em nome de Deus”, a Família e a Propriedade.

Dialogando numa perspectiva da sociologia política, mas também da sociologia da religião e do horizonte histórico, ensaiamos problematizar na construção do texto as questões da concepção de nação enquanto um retorno ao passado colonizador nacionalista, do desejo da construção de um país teocrático, do fundamentalismo e conservadorismo religioso, do imaginário social-religioso, da criação da figura do mito salvador, da defesa do discurso moral em favor da família tradicional e heteronormativa, da manutenção dos privilégios e busca de ascensão de poder político de líderes religiosos, e do ativismo político-religioso nas campanhas pró-Bolsonaro em sua nova expressão, a do ativismo digital.

Temos ciência de que é um tema ainda não vencido teoricamente e que abre possibilidades a novos debates no campo da sociologia política e da religião, buscando compreender os novos espaços de disputa social do campo religioso e político e investigando essas novas formas que nascem da intervenção religiosa no mundo político e as novas formas de mediações nesse sentido. Nosso desejo é ter contribuído bem mais com problematizações do que com respostas, apontando para a necessidade de novos estudos no campo do ativismo político-religioso.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. Secularização em questão: o ativismo religioso digital e as eleições presidenciais de 2018. *In: Anais da VI Conferência do Pensamento Comunicacional Brasileiro*, São Paulo, 09-10 dez. 2019.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr., 2019.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução: Mario Marino e Eduardo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Bolsonaro – mito político ou líder carismático? *In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 351-369.
- CANOVAN, Margaret. **Nationhood and Political Theory**. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.
- CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. *In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 171-192.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Tradução: Joana Angélica d'Avila Melo. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DIP, Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MAFFESOLI, Michel. **Le tempsdestribus**: le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse. Paris: La Table Ronde, 2000.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, 16 set. 2011. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2011.2.9647>.
- ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. **Sociedad y Religión**, Buenos Aires, v. 30, n. 54, p. 121-147, 2020.

SANTOS, Mateus Rodrigues dos. **“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”**: uma análise dos usos do nacionalismo e patriotismo na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEREJO, Elias Santos; CAL, Danila Gentil Rodriguez. Em defesa de que famílias?: Bolsonarismo, pânico moral e o protagonismo da categoria família nas eleições de 2018. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 27-46, 2021.

SOUZA, Jessé. **A herança do golpe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Plural – Antropologías desde América Latina y del Caribe**, [S. l.], n. 6, 2021.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

EM NOME DE DEUS, DA FAMÍLIA E DA PROPRIEDADE: O ATIVISMO POLÍTICO RELIGIOSO NAS CAPAMNHAS PRÓ- BOLSONARO 2018 E 2022

Wellegton Jean Barbosa de Souza

Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas – PPGDH-UFPB; Doutorando em Sociologia – PPGS-UFPB
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil
freijean@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-87585504>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Euclides Ferreira de Carvalho, 134, apto. 307, 58052236, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa-PB, Brasil.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Bolsista CAPES; Doutorado – PPGS.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 02/05/2023

Aprovado em: 13/11/2023

